

ESTUDOS

MOVIMENTO ESTUDANTIL: A UNE NA RESISTÊNCIA AO GOLPE DE 64 – ANTECEDENTES*

José Luís Sanfelice

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

I

INÍCIO DA DÉCADA DE 60: A UNE E A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Aceita-se, como ponto de partida para este estudo, que em 1956 teve início uma fase distinta da história da UNE. Refletindo uma politização maior do Movimento Estudantil, já possível de ser percebida durante o governo de Juscelino Kubitschek, e com uma atuação mais intensa nos acontecimentos da vida nacional, a entidade dos estudantes universitários brasileiros conseguiu, pouco a pouco, abalar o controle que o Ministério da Educação e Cultura exercia sobre ela. A liderança desempenhada pela UNE no período 1956–1960, de modo geral, deu-se através da mobilização dos estudantes contra, por exemplo, o aumento de preços e na defesa de alguns princípios de uma plataforma de orientação nacionalista que incluía um posicionamento adverso às empresas estrangeiras e aos acordos militares do Brasil com os Estados Unidos. Como atuação mais específica, entretanto, destaca-se a realização do I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, promovido pela UNE em 1957, e também o engajamento que a entidade teve na Campanha de Defesa da Escola Pública, por ocasião dos debates que se travaram em torno da elaboração e aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹.

Sem se efetuar aqui um aprofundamento da história da UNE no final da década de 50, registre-se, todavia, a seguinte observação genérica: a entidade dos estudantes projetou-se, de maneira mais acentuada, no panorama político nacional, quando se lançou no debate de questões que estavam mais amplamente presentes na sociedade brasileira da época. A orientação econômica, a ordem política, o nacionalismo, o desenvolvimento, a política educacional, por exemplo, foram alguns dos temas em torno dos quais a UNE manifestou-se e buscou, em diversas ocasiões, mobilizar os estudantes.

*A publicação deste estudo terá seqüência nos próximos números de **Reflexão** (N.E.).

No interior da UNE, ou seja, na composição dos seus quadros dirigentes, desde 1956 ocorreu uma hegemonia de estudantes socialistas e comunistas, num primeiro momento, mas que gradativamente perdeu espaço para a liderança católica representada pela Juventude Universitária Católica — JUC — e, em seguida, já no início da década de sessenta, para a Ação Popular — AP. Enquanto organização não partidária, a entidade dos estudantes universitários foi se tornando alvo da disputa entre adeptos de ideologia próximas, divergentes ou radicalmente contrárias, mas sem que se inviabilizasse sua atuação e mesmo realizações expressivas, das quais este artigo ressaltava algumas.

1.1 — I SEMINÁRIO NACIONAL DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

Em Salvador, no mês de maio de 1961, a UNE promoveu o I Seminário Nacional de Reforma Universitária. Naquela ocasião os estudantes discutiram temas tais como: exame vestibular, programa e currículo, sistema de aprovação, administração da universidade, participação do corpo discente na administração da universidade, autonomia e funcionamento da universidade, realidade brasileira, mercado de trabalho, cátedra vitalícia, tempo integral e função da universidade. Do Seminário, resultou o documento "Declaração da Bahia", que foi publicado com uma nota explicativa na qual se afirmou que a elaboração das conclusões era de responsabilidade exclusiva dos que haviam participado do evento como porta-vozes do estudantado brasileiro. Esclareceu-se também que mesmo assumindo a responsabilidade por aquele conteúdo, a UNE não havia conseguido publicar o documento através da gráfica da Universidade do Brasil, "por conta do convênio mantido com o Ministério da Educação e Cultura", porque havia surgido um impasse: "o teor 'revolucionário' deste documento não permitia sua publicação pelos órgãos do governo". Fez-se então a denúncia de que a Universidade do Brasil e o Ministério da Educação haviam proposto rever e censurar o texto e que "o assunto levado ao conhecimento do Presidente da República motivou o recuse-se do Sr. Jânio Quadros". A nota explicativa conclui dizendo que o documento, "pensamento dos universitários do Brasil", estava aí, na íntegra, desagradando aos poderosos².

Na "Declaração da Bahia", dentre outras coisas, nota-se a tentativa que os estudantes fizeram de ensaiar o que denominaram de "análise crítica da realidade brasileira e da inserção da Universidade no seu contexto". No item "Realidade Sócio-Econômica", por exemplo, indicou-se ser o Brasil uma nação capitalista em fase de desenvolvimento, mas onde coexistiam fases históricas do desenvolvimento sócio-econômico: o sistema sulino — desenvolvimento elevado, centrado na industrialização capitalista — e o sistema nordestino, que os estudantes chamaram de sistema, mas disseram não constituir um sistema, de baixo nível de

industrialização e atividade econômica baseada na extração de matéria prima e produção agrícola. Para os estudantes, a disparidade entre os dois sistemas, entretanto, poderia ser facilmente percebida através das diferenças da renda *per capita* em cada um deles: enquanto era de apenas Cr\$7.066,00 na região nordestina, em São Paulo chegava a Cr\$30.571,00. Além do mais, a riqueza que já era escassa no Nordeste, apresentava-se ainda mal distribuída. O Brasil, de resto, seria um imenso vazio econômico caracterizado, no todo, como um País subdesenvolvido ou em fase de desenvolvimento³.

Segundo a “Declaração da Bahia”, a comprovação da visão acima tornava-se possível desde que se levasse em conta: a) a “infra-estrutura agrária”, de base latifundiária, da nossa economia, “a fazer do homem brasileiro um ser alienado, sem a menor visão crítica da realidade” – fatores que legitimariam o reclamo de urgente e radical reforma agrária; b) a dependência econômico-financeira do Brasil face às potências estrangeiras, principalmente nos Estados Unidos, e c) a insuficiência dos padrões de vida que levavam à mortalidade infantil e à precariedade alarmante das condições médico-sanitárias⁴.

Os estudantes indicaram também que a evolução do desenvolvimento brasileiro estaria permitindo distinguir certas contradições fundamentais que apontavam a falência da estrutura liberal-burguesa de nossa “Nação”, ou seja: o desequilíbrio do desenvolvimento regional com o ‘sistema sulino’ incrementando sua taxa de crescimento às custas do subdesenvolvimento nordestino; o controle, nas decisões do Estado, da classe economicamente dominante, mas com o “Estado liberal-burguês, pretendendo oferecer liberdade igual para grupos sociais economicamente desiguais”, e que, na prática, culminou sempre na concessão de privilégios àquela classe, transformou “o trabalho humano em mercadoria do capital” e fez “do operário um ser alienado no seu trabalho, valorizado apenas pelas leis do mercado”; o desenvolvimento em bases capitalistas onde o processo inflacionário trazia como conseqüência a maior espoliação do proletariado e uma proletarização crescente da classe média; o aumento da intervenção do Estado no campo econômico no sentido de subvencionar a burguesia industrial e a iniciativa particular; finalmente, a desnacionalização crescente do nosso setor industrial⁵.

Posta esta análise, que os estudantes consideraram uma “sumária reflexão crítica sobre a realidade sócio-econômica brasileira”, os participantes do I Seminário Nacional de Reforma Universitária acreditaram poder formular algumas diretrizes fundamentais para a evolução brasileira, assim enunciadas:

“I – Promoção do desenvolvimento entendido como reformulação total da estrutura sócio-econômica do País, tendo como conteúdo, no setor econômico:

- a) criação de sólida infra-estrutura de indústrias básicas;
- b) desenvolvimento do sistema de transportes;
- c) uma reforma agrária que possibilite o desenvolvimento diversificado da produção agrícola;
- d) eliminação imprescindível das disparidades regionais.

II — Colocamos na base deste desenvolvimento a **promoção da classe operária**, tanto urbana, quanto rural. Para isto, é indispensável superarmos a estrutura econômica liberal-burguesa e elaborarmos um sistema onde a economia anárquica do lucro seja substituída por uma economia planificada, que vise:

- a) a satisfação das necessidades do povo, oferecendo-lhe padrões de vida mais humanos;
- b) a eliminação da exploração do trabalho humano pelo capital particular e pelo Estado oligárquico e classista;
- c) a superação da condição proletária, enquanto por este nome se entenda aquele grupo dos que são obrigados a vender seu trabalho em troca de um salário não correspondente ao valor de sua cooperação no processo produtivo;
- d) a socialização dos setores fundamentais da economia, que geram a alienação do proletariado (rede bancária, indústria de base, etc.).

Todas essas diretrizes só serão realizadas à medida em que superemos a estrutura capitalista dominante, vencendo a opressão imperialista e criando uma nova estrutura social, que dê a todos possibilidades iguais de uma vida humana".⁶

Já sob o item "Realidade Política", a "Declaração da Bahia" começou abordando de forma rápida a situação internacional para estender-se, em seguida, à situação nacional onde, previamente, a democracia existente foi considerada uma farsa, em decorrência da exclusão de 52% de nossa população da participação política direta da nação e com o poder econômico prevalecendo em todos os setores, provocando desigualdades e grave injustiça social. Esclareceu-se, então, que a vida política brasileira não estava se apresentando como setor de realização das aspirações de todo o povo, mas como um instrumento de poder das "classes dominantes". Suas características, portanto, de acordo com a "Declaração da Bahia", seriam: individualismo e competição, com as forças políticas sendo forçadas a entrarem no jogo dos interesses econômicos de pequenos grupos açambarcadores dos meios de produção e consumo; o uso do povo dominado pelas classes economicamente privilegiadas na luta pela conservação e consolidação do poder; formação de quadros políticos atuantes com elementos saídos quase que exclusivamente daquelas classes e, por isso mesmo, seus representantes⁷.

Os partidos políticos existentes no Brasil foram considerados, todos eles, segundo a ótica estudantil, como pertencentes à burguesia, mas, apesar disso, partidos sem ideologias porque apenas apresentavam **slogans** fragmentários e demagógicos. Numa estrutura política considerada viciada, viu-se pouca possibilidade de representação das classes menos favorecidas, a impossibilidade de formação de autênticos líderes catalizadores das aspirações populares e ausência absoluta de preocupação pela formação política do povo. Estaria ocorrendo ainda um controle da opinião pública e manobras partidárias nos movimentos grevistas, com um sufocamento das reivindicações através da apresentação de soluções acomodatórias, patrocinadas pelos governos. O proletariado brasileiro, por sua vez, estava completamente ausente da estrutura governamental e o Ministério do Trabalho em nada ajudava o surgimento de organizações sindicais⁸.

Na conclusão do item “Realidade Política” veio, na “Declaração da Bahia”, o seguinte comando: “... cumpre que os estudantes, principalmente os universitários, colocados numa perspectiva proletária, aliem-se às classes trabalhadoras, e ao mesmo tempo que forneçam a estas subsídios para o aceleração do seu processo emancipatório, sofram, por parte delas, a influência revolucionária que só essas classes, atualmente, podem exercer”⁹. Ficaram então estabelecidas as seguintes diretrizes:

“Na política internacional:

1. Reatamento comercial, cultural e diplomático com todos os povos do mundo.
2. Posição efetiva de neutralismo, diante dos dois blocos internacionais, cerrando fileiras com os países que defendem a mesma política, atuando no sentido de harmonia entre os povos.
3. Auto-determinação dos povos, na sua mais plena acepção, condenando qualquer forma de agressão econômica, política ou armada.
4. Anti-colonialismo e anti-imperialismo, em todos os seus aspectos.
5. Repúdio a todas as formas de ditadura.
6. Independência econômica e política do Brasil.

Na política nacional:

1. Extensão do direito de voto aos analfabetos.
2. Condenação do regime capitalista, causador de nossa situação de dependência econômica em relação aos Estados Unidos da América do Norte.

3. Uma reforma agrária efetiva, com assistência técnica e planificação, atendendo às necessidades dos camponeses.
4. Mudança de toda a estrutura sócio-política vigente.

Setor Educacional:

1. Rejeição total do Projeto de Diretrizes e Bases da Educação, atualmente em tramitação no Senado.
2. Aumento das verbas destinadas à educação.
3. Necessidade de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação diferente do atual projeto, que venha atender concretamente às exigências e necessidades do povo brasileiro, aproveitando-se dos estudos efetuados por entidades estudantis, por professores e técnicos.
4. Erradicação do analfabetismo.
5. Formação da consciência política do povo brasileiro.

Setor Operário-Camponês:

1. Participação efetiva dos operários nos órgãos governamentais de caráter primordial para o nosso desenvolvimento.
2. Criação de condições, pelo Governo, para o completo desenvolvimento das organizações proletárias, tais como: ligas camponesas, unidade do movimento operário em uma confederação, etc.
3. Ausência de qualquer tipo de coação política, econômica, e, principalmente, policial, sobre o movimento operário-camponês.
4. Busca de formas de organização que reúnam os elementos dinâmicos da nação: operários, camponeses, estudantes, numa luta comum pelas reivindicações da classe proletária e visando à transformação da estrutura social vigente.

Diretriz Final

Perspectiva da revolução brasileira:

Revolução entendida como posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sócio-política ultrapassada e injusta, para outra que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições.

Aos jovens brasileiros, principalmente a partir da Universidade, cabe iniciar essa grande tarefa. São eles, e os oprimidos, os elementos dinâmicos por excelência que precisam romper uma

série de alienações, de preconceitos e de deficiências, oriundos da sua própria formação. Tomar consciência da realidade brasileira e partir para uma atuação política concreta ao lado dos operários e dos camponeses por uma revolução brasileira.

Uma palavra de ordem aos universitários:

Declarar posições ousadas é fácil; difícil é assumir concretamente estas posições¹⁰.

Somente depois do percurso acima é que a "Declaração da Bahia" passou a tratar da questão da Universidade no Brasil porque, como ficou dito na introdução do documento, não "atrairia a consideração de uma Universidade tomada abstratamente, retirada do processo histórico que a Nação atravessava", mas sim o esboço da missão de uma "Universidade existencialmente entendida, comprometida com as necessidades concretas do povo brasileiro, Universidade historicamente datada e sociologicamente situada na segunda metade do século XX, num país em fase de desenvolvimento"¹¹.

Fazendo considerações gerais sobre cultura e sociedade, os estudantes afirmaram o condicionamento da evolução cultural pelo desenvolvimento sócio-econômico, que, modificando-se, passou a exigir alterações também na instituição escolar. Segundo eles, num estágio em que o homem se voltou para a pesquisa, o caráter diletante da Universidade, de mera transmissora da cultura acumulada, tende a desaparecer para que a comunidade universitária se torne instrumento do desenvolvimento histórico, estando assim totalmente integrada na sociedade e no meio que a criou e para o qual deve voltar-se com uma estrutura verdadeiramente flexível para acompanhar as transformações sociais. Os estudantes disseram querer evidenciar, com a crítica sobre a Universidade, que ela não atendia ao projeto histórico brasileiro, ou seja, "o desenvolvimento na perspectiva do proletariado"¹².

A crítica à Universidade aparece então de forma abrangente. Ela é denunciada por ser privilégio econômico de poucos jovens, falha em sua missão cultural, profissional e social. Daí, as seguintes diretrizes para a "Reforma Universitária" desejada pelos estudantes:

"Compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo

- a) Lutar pela reforma e democratização do ensino, dando a todos condições de acesso à educação, em todos os graus.
- b) Abrir a Universidade para o povo, através da criação nas Faculdades de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios Acadêmicos como organizadores (ou as próprias Faculdades) de cursos de alfabetização de adultos (ao alcance de qualquer Faculdade), de cursos de mestre-de-obras nas Escolas de

Engenharia, cursos para líderes sindicais nas Faculdades de Direito. Promovê-los não só nos prédios das Escolas, como em favelas, circunvizinhança de fábricas e bairros operários. Na América Latina essas iniciativas recebem a denominação de Universidades Populares.

c) Colocar a Universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo do interior dos Estados. Promover, por exemplo, o levantamento topográfico de uma cidade do interior, traçar-lhe uma rede de esgotos, realizar pesquisas demográficas, etc. Isto pode ser realizado como trabalho curricular, ou levado a efeito nos períodos de férias.

d) Colocar a Universidade a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistência judiciária, médica, odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas), etc. Que isto não seja realizado paternalisticamente, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura inflexível em que vivemos. É necessário, sobretudo, despertar a consciência popular para seus direitos. Entretanto, enquanto se vai lutando, não podemos deixar que milhares de pessoas morram ao nosso lado.

e) Fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares, através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de gestões junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa¹³.

Do debate que os estudantes travaram sobre a "Reforma Universitária", resultaram muitas outras considerações e propostas sobre aspectos relacionados ao Corpo Docente, à Cátedra Vitalícia, ao Tempo Integral, à administração da Universidade, ao exame vestibular, programas e currículos, sistema de aprovação e problemas sócio-econômicos dos estudantes¹⁴. As reivindicações estudantis, em muitos casos, eram iguais ou semelhantes àquelas feitas por setores favoráveis à modernização do ensino e vinculadas ao próprio Estado¹⁵.

O importante para o propósito deste artigo, entretanto, é registrar agora a visão que a UNE formulou do Movimento Estudantil e do estudante brasileiro, naquele ano de 1961. É provável que tenha prevalecido, na entidade, a certeza de que os estudantes estavam ganhando novas forças e perspectivas:

"O momento presente constitui para a classe universitária brasileira uma tomada de consciência de si mesma. (...) Ora, no momento em que se verifica tal realidade, vê-se o estudante em

uma situação contraditória, que envolve sua origem burguesa, com os interesses dela decorrentes, e a consciência da precariedade de tal condição diante das perspectivas que se abrem à evolução do mundo moderno. A partir de certo instante, as lutas populares em que se envolve o universitário brasileiro passam a exigir dele um claro descompromisso com a estrutura de dominação vigente. E alegra-nos verificar que despontam em nosso movimento estudantil os primeiros indícios de que tal atitude será possível. (...) A constatação de que a missão atual do estudante é colocar a escola à serviço do povo vai implicar no fato de que a Universidade, para ser fiel à sua missão, não pode impermeabilizar-se às agitações de outras áreas. Já está surradíssimo o argumento reacionário, sempre levado a debate, que 'o dever do estudante é estudar'. ... o estudo é antes de mais nada um conhecimento da realidade viva... a missão de colocar a escola a serviço do povo indica para o estudante comprometido com a luta popular em tornar essa luta mais conseqüente. Não se trata mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se trata de um pequeno grupo que se desvincula da realidade estudantil para ligar-se à realidade popular. Trata-se de incorporar toda uma classe, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligada a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Trata-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está, de início, na própria Universidade. ... a classe universitária aceita o compromisso com o povo e pretende conduzi-lo na Universidade. (...) O momento é pois, de uma consciência comum em relação aos principais problemas. (...) As perspectivas do movimento estudantil brasileiro são, pois, francamente favoráveis a uma união de todos pela luta popular que se trava no presente.

(...) As batalhas que ainda temos a travar, pela Escola Pública, pela Reforma Universitária, pela consolidação da luta anti-imperialista e anti-capitalista do povo brasileiro, por uma união operário-estudantil-camponesa cada vez mais efetiva, denunciam a opção irrecusável da luta universitária atual: ou o compromisso total com as classes exploradas ou a aliança com uma ordem social caduca e alienada. Não há meio termo"¹⁶.

Elaborando análises da realidade e Universidade brasileiras, buscando definir o papel do Movimento Estudantil, fazendo propostas e estabelecendo diretrizes para os estudantes e outros segmentos da sociedade, a UNE conseguiu garantir uma certa unidade dos líderes

estudantis e dos representantes que participaram do XXIV Congresso da entidade, realizado em Niterói no ano de 1961, quando se elegeu para presidente da organização Aldo Arantes que, em depoimento recente, indicou ter contado com o apoio, naquela ocasião, da esquerda da Juventude Universitária Católica e de uma aliança de todas as forças progressistas do Movimento Estudantil¹⁷.

A história da UNE, a partir da gestão de A. Arantes e em decorrência dos acontecimentos políticos que se delinearam no Brasil, bem como dos rumos que o Movimento Estudantil veio a tomar, adquire contornos extremamente dinâmicos.

1.2 – REFORMA UNIVERSITÁRIA, UNE-VOLANTE E “GREVE DO UM TERÇO”

Aldo Arantes registra, com certo entusiasmo, que a grande questão que polarizou o Movimento Estudantil em 1962 foi o problema da crise na Universidade¹⁸. De fato, levando-se em conta a produção teórica da UNE, as iniciativas relacionadas a estudos e debates do tema, às inúmeras tentativas no sentido de uma maior unidade e mobilização dos estudantes, a avaliação de Aldo Arantes é adequada.

Não se pode ignorar que, depois do acompanhamento que fizeram da crise política do ano de 1961 e do envolvimento que com ela tiveram, na renúncia do presidente Jânio Quadros, os estudantes retomaram o debate sobre “Reforma Universitária”.

Já no mês de janeiro de 1962, através dos diretores da UNE, dos representantes dos diretórios centrais das Faculdades e dos diretores das UEEs, os estudantes participaram de um “Encontro” sobre reforma universitária, realizado pelo Ministério da Educação e Cultura, do qual resultaram conclusões que foram publicadas acompanhando as “Resoluções do Conselho da UNE”. Nas conclusões ficaram delineadas posições sobre o que se considerou problemas da estrutura universitária não solucionados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional¹⁹ e reivindicações no sentido de soluções. Foi praticamente uma confirmação de idéias, princípios e exigências que os estudantes já vinham tornando públicos²⁰.

De maior relevância, entretanto, foi a realização do II Seminário Nacional de Reforma Universitária que ocorreu em Curitiba, de 17 a 24 de março daquele ano de 1962, e do qual resultou a “Carta do Paraná”, um documento semelhante à “Declaração da Bahia”, dando continuidade às análises, aos debates e sugestões em torno da “Reforma Universitária”²¹. Na revista da UNE afirmou-se, então, que os estudantes pretendiam fazer da Universidade a expressão das necessidades sociais do povo; a negação de qualquer dogmatismo e uma frente cultural ativa na

revolução brasileira. Evidenciou-se também a preocupação em recomendar a formação de órgãos especiais para dar maior funcionalidade à luta pela reforma e “ligar a reforma universitária às outras reivindicações populares pelas reformas de base”. Dizendo rejeitar a perspectiva de uma luta pela “Reforma Universitária”, numa dimensão voltada apenas para o ganho pessoal dos privilegiados sociais que conseguiam freqüentar o ensino superior, concluiu-se que o problema da reforma era de fato um problema popular porque era o povo que não tinha acesso à Universidade. Os estudantes acreditaram que, com tal posicionamento, haviam inserido a reforma universitária no movimento mais global na revolução brasileira, “compreendendo que, se é possível conseguir vitórias, no atual estágio, sobre a velha estrutura do ensino brasileiro, a vitória final só a teremos concomitante com a vitória final do povo”²².

No depoimento de Aldo Arantes ficou registrado que a tática que os estudantes encontraram para perseguirem seus objetivos foi a “bandeira do 1/3”:

“Com ela exigia-se a participação dos estudantes nos órgãos colegiados, no sentido de criar um equilíbrio de forças dentro da universidade: 1/3 seria de estudantes, 1/3 de professores e outro 1/3 de professores recém-eleitos. Era, no fundo, uma tentativa de aliança política entre os professores novos e os estudantes, voltada contra os professores estratificados, contra a velha mentalidade dos catedráticos, visando a formação de uma correlação de forças progressistas dentro da universidade. Foi esta a palavra de ordem que mais sensibilizou o movimento estudantil. Naquele instante, a UNE tinha formulado sua política, a partir de uma análise crítica da universidade brasileira, e estava capacitada para discutir de igual para igual com as chamadas autoridades universitárias, pelo conhecimento de causa que tinha e pelas propostas que apresentava. O passo seguinte teria de ser um amplo processo de mobilização e agitação política para levar aos estudantes o conhecimento dessa proposição.

A UNE resolveu a questão do conteúdo através da formulação de uma política com base nesses seminários e a questão do método foi resolvida com o que se chamou na época de UNE-Volante, que foi uma caravana que percorreu o Brasil inteiro, visitando praticamente todos os Estados da Federação. Era uma caravana grande, composta da diretoria, do pessoal que dirigia politicamente e entidade e de membros do CPC. Ela deslocava-se de uma capital para a outra de avião e tinha, basicamente, o objetivo político de levar as proposições do Seminário de Curitiba para as massas do Movimento

Estudantil, abrindo amplo processo de discussão em torno das resoluções e, principalmente da participação de 1/3 dos estudantes nos órgãos colegiados²³.

De fato, a atividade da "UNE-Volante", privilegiando a questão da representação estudantil nos órgãos colegiados da administração universitária, somada à resistência das autoridades que se recusavam aceitar a referida reivindicação, criaram condições para a "greve do 1/3" de alcance inédito no Movimento Estudantil até aquela época. Os estudantes ficaram paralisados por cerca de três meses, mas não conseguiram o que pretendiam, e dos mais diferentes setores, internos e externos à Universidade, surgiram inúmeras acusações à UNE e ao Movimento Estudantil, identificados como desejosos de comunização da Universidade brasileira. No fundo, era a campanha contra a "Reforma Universitária" pretendida pelos estudantes que se articulava, sob o sempre atraente combate ao comunismo veiculado pela direita. A UNE, de qualquer maneira, saiu fortalecida do processo e chegando ao final da gestão de Aldo Arantes conseguiu, no XXV Congresso, consagrar a sua unidade em torno de uma chapa única que elegeu Vinicius Caldeira Brandt para novo presidente da entidade. De imediato, Vinicius C. Brandt testemunhou ser um cristão.

O novo presidente considerou que o XXV Congresso havia demonstrado a maturidade alcançada pelo Movimento Estudantil: "Tal conclusão é possível em virtude que a unidade vitoriosa não foi produto de um 'conchavo', bem sucedido, de um cambalacho de ocasião – pelo contrário, ela surgiu de cada uma das bancadas estaduais, como idéia-força coletiva, impondo-se, a partir dos representantes da esmagadora maioria das escolas superiores do país, até mesmo aos atritos eventuais das lideranças²⁴. Vinicius C. Brandt reconheceu, entretanto, que a unidade em torno de um mínimo de princípios não eliminava a heterogeneidade e a divergência, e, por isso mesmo, é que campanhas da imprensa, alicerçadas em minorias desmoralizadas, visavam a divisão do Movimento Estudantil:

"... o problema é consolidar a unidade conseguida e, continuando o trabalho da gestão Aldo Arantes, fazer um trabalho que realmente represente os 100 mil universitários brasileiros, que esclareça ainda mais a todos nós. (...) Pensamos, por exemplo, em organizar, já e já, um Congresso Operário-Camponês-Estudantil, com o fito de dar a cada um dos setores sociais participantes a exata noção das respectivas reivindicações. Estamos ainda organizando nossa participação nas próximas eleições de outubro, voltada não para a atividade de ordem político-partidária, que a tal a UNE não deve nunca se propor, mas a um trabalho sobre a democratização eleitoral,

vale dizer, contra o poder econômico, o voto de cabresto, a negação de voto analfabeto e outros fenômenos responsáveis pelo baixo grau de autenticidade da vida política nacional”²⁵.

Vinícius C. Brandt que acabava de assumir o comando da UNE, fez então referências ao que ele denominou de atual estágio da luta estudantil e perspectivas do movimento universitário:

“Vivemos, hoje e aqui, uma fase pré-revolucionária do processo brasileiro. As contradições brasileiras estão aí, complexas, a exigirem solução, superação, progresso. Cabe aos estudantes participarem do momento presente, lutar, alcançar vitórias. A nova fase não admite mais cúpulas radicalizadas mas afastadas de suas bases num divórcio virtual, porque neste momento quem se apresenta de forma radical é a própria realidade brasileira, atingindo com seus problemas todas as camadas sociais do país, entre elas os estudantes. As atitudes do movimento universitário, neste momento, só podem ser aquelas que sistematizem e exponham o que vai na consciência de cada estudante e dos estudantes como grupo social. A vanguarda só é vanguarda por que, se permitem a tautologia, vai à frente de alguém, que a segue conscientemente, e não como um rebanho. Em nossa atividade na UNE desejamos que cada estudante tenha uma crítica a fazer, uma ação a desempenhar, neste momento em que todos são chamados à definição e à luta”²⁶.

Ainda na gestão de Vinícius C. Brandt realizou-se, em janeiro de 1963, um Conselho da UNE que veio reafirmar, como linha política, o vínculo do estudante com o desenvolvimento do País, propondo que fosse “... incrementada a luta pelas reformas de base, contra a atual estrutura de dominação da sociedade brasileira; pela eliminação das diferenças sociais e pela implantação de uma sociedade nova”, que afirmasse “a igualdade real entre todos aqueles que elaboram o progresso social”²⁷. Em um III Seminário de Reforma Universitária, manteve-se o básico da proposta da “Carta do Paraná” e no XXVI Congresso elegeu-se, para a presidência da UNE, José Serra, o último presidente da entidade do período político da legalidade no Brasil, antes, portanto, do Movimento de 64.

1.3 – A UNE AVALIA O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Em fins do ano de 1963, através de um documento-estudo²⁸, a UNE dirigiu-se à liderança estudantil propondo uma revisão dos instrumentos de luta para a efetivação da “Reforma Universitária” e apontando, de início, que o Movimento Estudantil sempre teve presente

em sua atividade as reivindicações escolares e a luta política, mas sem que esses aspectos fossem devidamente articulados. A UNE reconheceu, a seguir, que pela luta em torno da "Reforma Universitária" havia-se estabelecido o elo entre as reivindicações escolares e a luta política:

"Não se tratava mais de estabelecer vínculos aéreos e ideais entre o estudante e o povo. Não se tratava mais de uma vanguarda que, desligada da realidade estudantil, ligava-se à realidade popular em nome dos estudantes. Tratava-se de incorporar todo um movimento, cem mil universitários, à consciência da luta popular, ligado a ela por compromissos concretos da própria situação estudantil. Tratava-se de perceber que a missão do universitário frente ao povo está de início na própria Universidade"²⁹.

Segundo o mesmo documento-estudo da UNE, a luta pela "Reforma Universitária" nasceu da necessidade de conquistar as bases universitárias que pouco participavam das posições das lideranças, mas também de um avanço, nas lutas pela solução dos problemas estudantis e como estágio superior dessas lutas, ou seja:

"... a Reforma Universitária como uma das reformas necessárias à libertação nacional e à emancipação do povo. ... percebe-se claramente que a Reforma Universitária não é do interesse apenas do estudante, mas sobretudo do povo, e que ela só será possível, no seu pleno sentido, com a libertação nacional e a reestruturação da sociedade brasileira, e que, portanto, é necessário lutar pelas outras reformas e pela libertação nacional para lutar conseqüentemente pela Reforma Universitária, assim como lutar pela Reforma Universitária já é uma forma de lutar pela libertação nacional e do povo brasileiro"³⁰.

A UNE acreditou que a posição acima estava bem clara porque a "Reforma Universitária" havia se definido como uma reforma de base; tomou-se consciência de que a "Reforma Universitária" era a luta específica do universitário, luta a partir da qual se desdobriam as demais; enfim, porque se entendeu que luta específica não significava nem exclusiva, nem privativa. "Dizer que a Reforma Universitária é a luta específica do universitário significa dizer que ela é a sua forma de se conscientizar dos problemas gerais da sociedade brasileira e de se inserir nas lutas mais amplas de transformação social; de se politizar, organizar e acumular forças para os estágios superiores da luta popular"³¹.

Posta a "Reforma Universitária" na dimensão acima, a UNE procurou delinear o desenvolvimento histórico da luta estudantil emitindo, ao mesmo tempo, sua avaliação. Por representar a visão da UNE naquele

momento, pelo esforço de síntese e visão crítica que se procurou expressar, torna-se conveniente acompanhar, de forma sumária, os pontos principais que foram indicados e que, significativamente, estavam relacionados aos eventos registrados até agora por este artigo.

O I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, já indicado por ter sido uma promoção da UNE no ano de 1957, na cidade do Rio de Janeiro, foi considerado pela entidade o início da luta pela "Reforma Universitária" no sentido de ter despertado o Movimento Estudantil para uma reivindicação mais sistemática. O seu limite estaria na visão parcelada, imediatista e exclusivamente didática. Já no "Debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases", durante a campanha que se desenvolveu pela Escola Pública no final da década de cinquenta, teria se constituído o primeiro passo para que o estudante ligasse sua condição e suas lutas às contradições da sociedade brasileira porque, naquela época, ficou demonstrado que a batalha por melhores condições de ensino estava associada às lutas de interesse no âmbito da sociedade global. Além do mais, durante a campanha, o Movimento Estudantil teve oportunidade de se inscrever entre as forças populares, segundo a avaliação da UNE³².

O I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino-Superior, Bahia – 1960, foi apontado como a oportunidade mais estreita para o contato com os movimentos de reforma universitária dos países vizinhos e também como o momento de tomada de consciência da "Reforma Universitária" enquanto luta de democratização da Universidade. No I Seminário Nacional de Reforma Universitária, com sua "Declaração da Bahia", Salvador – 1961 fortaleceu-se nas vanguardas, de acordo com a visão da UNE, a disposição de luta e a aguda percepção de sua importância: "o movimento estudantil enriquece sua luta com uma visão estrutural da Reforma, baseada na análise crítica da Universidade brasileira. A Declaração da Bahia é um marco"³³.

No documento-estudo da UNE, o II Seminário Nacional de Reforma Universitária e sua respectiva "Carta do Paraná", Curitiba 1962, é avaliado como o evento que conseguiu desenvolver um pensamento ao mesmo tempo crítico e criador. Ali aprofundou-se e alargou-se a crítica da Universidade brasileira, mas concomitantemente procurou-se determinar medidas concretas, capazes de dar início ao processo de transformação estrutural de nossa Universidade. Delineou-se um projeto de Reforma e traçou-se a tática de luta. "A Carta do Paraná é outro marco"³⁴ na luta pela "Reforma Universitária".

A "Luta por um Terço" teria sido a expressão da necessidade que se sentiu de superar a fase de mera teorização para uma teorização e luta concretas. Desde o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, a orientação da UNE foi no sentido de concentrar a luta em torno de medidas fundamentais de democratização imediata do ensino superior: "...

a análise da situação universitária e a experiência das lutas anteriores indicavam claramente que os atuais grupos de decisão interna nas Universidades não fariam a Reforma, ou seja que era preciso quebrar, transferir ou alterar os centros de decisão dos problemas universitários para que se obtivessem as principais transformações requeridas na estrutura universitária³⁵. A luta por um terço de representação estudantil nos órgãos colegiados havia sido a busca para colocar um instrumento de decisão nas mãos do Movimento Estudantil e no interior da própria estrutura administrativa das Universidades. Além do mais, o momento foi muito oportuno para a reivindicação porque a aprovação recente, na época, da LDB assegurou a participação dos estudantes nos órgãos colegiados e as Universidades receberam um prazo para regulamentar essa participação. Como a UNE-Volante levou o problema da reivindicação estudantil e a mensagem da "Reforma Universitária" para todos os cantos do Brasil, em maio de 1962 o **Conselho Nacional dos Estudantes**, reunido em São Luís, analisou a situação e chegou às seguintes conclusões: "1) a participação efetiva dos estudantes nos órgãos colegiados das Universidades era um passo fundamental para a Reforma; 2) o prazo de que se dispunha para forçar essa representação era exíguo já que estávamos a apenas um mês do término do prazo para que fossem submetido ao Conselho Federal de Educação os estatutos reformados; 3) a preparação para um movimento de maior seriedade era insuficiente; mas se deveria confiar que o movimento em si fosse capaz de mobilizar as bases universitárias"³⁶. Em função dessa avaliação o Conselho de São Luís decidiu aguardar até 1º de junho pela decisão das Universidades e a partir daí ter por palavra clara de ordem: "um terço ou greve". Como, ultrapassado o prazo a maioria das Universidades se mantivesse na recusa em atender aos estudantes, deflagrou-se a greve.

Sobre a "Greve do um terço", a UNE pensou que ela fora um passo importante do movimento universitário porque demonstrou a unidade e coesão dos estudantes. "O período de greve foi um período intenso de conscientização"³⁷. É verdade que a representação de um terço só foi atendida em poucos estabelecimentos de ensino superior, mas conseguiu-se a representação plural e os problemas dos estudantes assumiram proporções nacionais, deixando de ser uma preocupação da pequena vanguarda estudantil. O próprio Movimento Estudantil teve oportunidade de sentir sua força. De negativo indicou-se o recurso à greve como paralização e não como mobilização; confusão entre o entusiasmo despertado nas bases estudantis pela greve com uma consciência que só existia de forma difusa sobre os problemas da Universidade e uma confiança excessiva na atuação isolada do Movimento Estudantil sem atentar seriamente para a necessidade de ganhar o apoio de outras áreas da população. Em verdade, a avaliação da UNE deu muito mais ênfase aos aspectos negativos, admitindo mesmo que o Movimento Estudantil, ao

final da Greve do um Terço, “foi arrastado a uma crise sem precedentes, que o colocou ante uma necessidade inadiável: fazer uma revisão profunda de todos os seus instrumentos de luta e uma explicitação clara de seus objetivos”³⁸.

O documento-estudo da UNE, a partir desse momento, adquire um caráter mais diretivo. Ponderou-se que o Movimento Estudantil não havia deixado de lutar pela “Reforma Universitária”, apesar das dificuldades posteriores à “Grevê do um Terço”, para insistir nas lições já aprendidas: ausência, nos universitários, de uma consciência esclarecida das razões fundamentais de suas lutas e por conseqüência uma dissociação entre as lideranças e as bases; constatação de que a mera teorização da “Reforma Universitária” era uma fase ultrapassada, e a descoberta da “necessidade da consciência da correlação natural entre movimento universitário e demais movimentos populares”. Face as essas considerações, impunham-se as diretrizes abaixo enumeradas, para a continuidade da luta.

- “1. a atuação do movimento estudantil deve ser cada vez mais alicerçada num permanente diálogo entre as lideranças e as bases, pois só é possível caminhar na medida em que haja participação ativa de todos; o trabalho de base deve ser a preocupação primordial, bem como a de elevar o nível político da massa estudantil;
2. para tanto, é necessário rever as condições de funcionamento e providenciar a reorganização do movimento estudantil;
3. o estudo da Reforma Universitária deve orientar-se sobretudo para medidas de caráter prático, passando dos estudos gerais para o aprofundamento de aspectos da Reforma Universitária, e para um esforço de aplicação dos princípios gerais à reforma de cada curso, e de programação da luta; outra preocupação constante deve ser a de difundir o mais possível os estudos sobre Reforma Universitária, levar a todas as bases os seus resultados;
4. necessário um entrosamento cada vez maior com os demais movimentos populares, tomando consciência de que a luta pela Reforma Universitária é uma luta popular, o que significa por um lado que ela não pode ser luta apenas dos estudantes mas de todas as forças populares, e por outro lado que, lutando por ela, o estudante não está lutando apenas por seus interesses, mas está participando da luta mais ampla pela libertação do povo; em suma, consciência de que a luta pela Reforma Universitária é uma luta específica do universitário, com tudo que isso significa e implica...

Demais, impõe-se a compreensão da validade da luta por reivindicações parciais, imediatas, como forma de despertar, galvanizar, aglutinar e organizar a massa estudantil para lutas mais amplas e mais conseqüentes pela Reforma Universitária e, a partir dela, pela reestruturação da sociedade brasileira. A Reforma Universitária é um processo e, assim, atravessa etapas; logo, a luta tem de ser colocada a partir de problemas concretos, imediatos, e o que cumpria, como ainda hoje, era identificar os pontos fundamentais capazes de mobilizar os universitários e abrirem caminho para uma reformulação mais profunda do ensino superior".³⁹

Todo o esforço da UNE em estabelecer as diretrizes acima, convergiu para o que se considerava o ápice da proposta: uma compreensão mais nítida da "Reforma Universitária" como uma reforma de base.

"É claro que a Reforma Universitária não pode ser definida como Reforma de base, se compreendermos este conceito como definidor de transformações infra-estruturais. Mas se entendermos por reformas de base as reformas indispensáveis para que o processo de desenvolvimento do país prossiga, verificando-se a importância do obstáculo à formação de uma consciência crítica que constitui o caráter alienado de nosso ensino, e a importância do obstáculo à promoção do desenvolvimento econômico e social que o nosso atual sistema universitário representa, não poderemos deixar de inscrever a sua modificação dentre os pressupostos da luta popular de libertação"⁴⁰.

A UNE justificou, então, porque no III Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado durante o ano de 1963 em Belo Horizonte, concluiu-se pela "necessidade de um projeto de lei que afastasse os obstáculos jurídicos à democratização da Universidade e associasse a luta do movimento estudantil às lutas pelos principais projetos de Reformas de base e ao mesmo tempo vinculasse as forças populares à luta pela Reforma Universitária"⁴¹. Era uma solução tática que se impunha pelas próprias exigências do processo de desenvolvimento social. "... a melhor forma de condução imediata da luta pela Reforma Universitária seria, aproveitando o momento político de luta pelas Reformas de base, encaminhar ao Congresso um projeto de Emenda à Constituição e outro de alteração da Lei de Diretrizes e Bases em que se consubstanciassem os pontos fundamentais da luta imediata pela Reforma Universitária"⁴², e pelas condições de eficácia na obtenção da reforma da Universidade porque medidas concretas estavam a esbarrar na legislação recente, mas anacrônica. "Por isso se fixou para o movimento universitário, de forma

impositiva, a necessidade de afastar os obstáculos legais à democratização da Universidade. Ora, tais obstáculos se encontram tanto na Constituição Federal, com a vitaliciedade de cátedra, quanto na Lei de Diretrizes e Bases, com as condições legais do ensino superior. Daí, que o Seminário de Belo Horizonte tenha cuidado de elaborar um projeto de Emenda Constitucional e outro, de substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases, no capítulo referente ao ensino superior"⁴³.

A UNE deu seqüência ao seu documento-estudo "Luta atual pela reforma universitária", expondo o conteúdo básico da sua proposta de Emenda Constitucional, em que aparecia a extinção da vitaliciedade de cátedra, e do Substitutivo à Lei de Diretrizes e Bases complementando a sugestão da Emenda, mas acrescentando outras como o fim de vestibular, "... passo importantíssimo na democratização do acesso à escola superior"; um novo sistema para a distribuição e aplicação das verbas universitárias e a participação estudantil nos órgãos colegiados, no mínimo de um terço"⁴⁴.

Por último, a UNE previu que no início do ano de 1964 os projetos seriam encaminhados ao Congresso Nacional, mas que as resistências à aprovação seriam grandes e que por isso era necessária uma preparação para essa grande luta com uma discussão ampla feita por diferentes setores da sociedade, com a formação de comissões de estudo e sobretudo com mobilização: "Que sejam utilizadas todas as formas de luta: as Assembléias, os abaixo-assinados, as manifestações de apoio, os contactos, os telegramas, os manifestos, os panfletos, as passeatas, os comícios, até os remédios mais extremos, quando se tornarem necessários"⁴⁵. Concluindo, conclamou-se todos à unidade firme e combativa na luta pela reestruturação da Universidade brasileira.

A orientação tentada pela UNE, em fins de 1963, foi o último grande esforço da entidade em torno da "Reforma Universitária" antes do golpe político de 1964. O País já vivia um movimento de radicalização e muitos intelectuais, professores e estudantes estavam mais mobilizados para programas de educação popular, alfabetização de adultos e educação de base, em função da perspectiva difundida de que a revolução estava para acontecer. Nos meios estudantis, a mobilização encontrava-se dividida, sob a orientação de diferentes organizações políticas, religiosas e outras, com prioridades de ação divergentes. Além do mais, o espaço de luta da "Reforma Universitária", aos poucos, mereceu a atenção da burguesia e dos setores vinculados a ela que mobilizaram quadros no próprio aparelho estatal para viabilizarem medidas modernizadoras da Universidade e a serviço do desenvolvimento capitalista"⁴⁶. O acompanhamento da trama política brasileira passou a merecer maior empenho da UNE e do Movimento Estudantil fazendo mesmo que houvesse uma dicotomia entre o que os estudantes haviam avançado teoricamente na compreensão da "Reforma Universitária", como luta específica dos universitários, e o envolvimento de ação política efetiva que passaram a ter"⁴⁷.

NOTAS:

- (1) Autores como Artur J. POERNER, *O poder jovem*, e Luiz A. CUNHA, *A Universidade crítica*, viabilizam um acompanhamento mais amplo do Movimento Estudantil no Brasil e da história da UNE nos períodos anteriores à década de 60. Com relação à gestão da UNE iniciada em 1956, o primeiro autor refere-se a ela como sendo de reconquista da entidade pelos estudantes progressistas, fim da fase de domínio direitista no Movimento Estudantil e fim do Período Negro ou policial da UNE. Começaria aí a recuperação democrática da entidade. Cf. p. 184-87. O segundo autor, por sua vez, faz menção ao fato de que "... os estudantes universitários, até então buscados como massa de manobra para conflitos entre segmentos das classes dominantes, passaram a atuar como aliados explícitos das classes trabalhadoras na construção de uma nova ordem social". Cf. p. 61.
- (2) UNE. *Declaração da Bahia*. 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, 1961, 46p.
- (3) *Ibid.*, p. 7-8.
- (4) *Ibid.*, p. 9-10.
- (5) *Ibid.*, p. 10-12.
- (6) *Ibid.*, p. 12-13.
- (7) *Ibid.*, p. 13-15.
- (8) *Ibid.*, p. 15-18.
- (9) *Ibid.*, p. 18.
- (10) *Ibid.*, p. 19-20.
- (11) *Ibid.*, p. 7.
- (12) *Ibid.*, p. 21-22.
- (13) *Ibid.*, p. 26-27.
- (14) *Ibid.*, p. 26-44.
- (15) Cf. Luiz A. CUNHA, *A Universidade crítica*, principalmente o capítulo IV, "Desenvolvimento, segurança e modernização", p. 151-205.
- (16) UNE. *Movimento*. jul. de 1961, p. 12-13.
- (17) VÁRIOS, *História da UNE*, p. 14.
- (18) *Ibid.*, p. 16.
- (19) "... os estudantes foram surpreendidos com a aprovação pelo Congresso Nacional, da lei de diretrizes e bases, seguindo uma linha contrária à da Campanha de Defesa da Escola Pública e, ainda mais, sofrendo modestos vetos do presidente da república cuja posse no cargo, embora contido pelo parlamentarismo, ajudaram a assegurar. Mais surpreendidos ficaram ainda com a recusa do presidente em conceder audiência à diretoria da UNE, empenhada em apresentar-lhe diretamente suas reivindicações". Luiz A. CUNHA, *A Universidade crítica*, p. 227.
- (20) UNE. *Resoluções do Conselho da UNE*, passim.
- (21) Luiz A. CUNHA, *A Universidade crítica*, p. 234-42; Maria de L. de A. FÁVERO, *A Universidade brasileira em busca de sua identidade*, p. 48-49 e Artur J. POERNER, *O poder jovem*, p. 193-95.
- (22) César GUIMARÃES, "Universidade à luz da crítica". *Movimento*, maio de 1962, p. 20-22.
- (23) VÁRIOS, *História da UNE*, p. 17.
- (24) Vinicius Caldeira BRANDT, Depoimento. *Movimento*, set. de 1962, p. 26-27.
- (25) *Ibid.*, p. 26-27.
- (26) *Ibid.*, p. 26-27.
- (27) Homero da CUNHA, Conselho da UNE. *Movimento*, fev. de 1963, p. 4-6.
- (28) UNE. *Luta atual pela reforma universitária*, 1963, 61p.
- (29) *Ibid.*, p. 9.
- (30) *Ibid.*, p. 11.
- (31) *Ibid.*, p. 12.
- (32) *Ibid.*, p. 13-14.
- (33) *Ibid.*, p. 14-15.
- (34) *Ibid.*, p. 15.
- (35) *Ibid.*, p. 17.
- (36) *Ibid.*, p. 17.
- (37) *Ibid.*, p. 18.
- (38) *Ibid.*, p. 19-20.

- (39) *Ibid.*, p. 21-23.
 (40) *Ibid.*, p. 23-24.
 (41) *Ibid.*, p. 25-26.
 (42) *Ibid.*, p. 26.
 (43) *Ibid.*, p. 27.
 (44) *Ibid.*, p. 28-32.
 (45) *Ibid.*, p. 33-35.
 (46) Luiz A. CUNHA, **A Universidade crítica**, p. 148-49, 247-51.
 (47) No momento, este estudo não tem a preocupação de se estender aos movimentos de educação popular com os quais a UNE e o Movimento Estudantil se envolveram. Para uma abordagem da questão, conferir Vanilda P. PAIVA, **Educação popular e educação de adultos**, p. 230-36 e Osmar FÁVERO, **Cultura popular – educação popular**, p. 59-70.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, F. e outros. **História da sociedade brasileira**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1981, 339p.
- ARANTES, A. S. A UNE no período 61/62. **Cadernos de Opinião**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, jul. de 1979, p. 10-14.
- BRANDT, V. C. Depoimento. **Movimento**. set. de 1962, p. 26-27.
- CASTILHO, A. (ed.). **Apesar de tudo UNE REVISTA**; elementos para uma história da UNE. São Paulo, Edições Guarani e DCE – Livre USP 'Alexandre Vanuchi Leme', s/d., s/p.
- CUNHA, H. da. Conselho da UNE. **Movimento**. fev. de 1963, p. 4-5.
- CUNHA, Luiz A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975, 293p.
- CUNHA, Luiz A. **A universidade crítica**; o ensino superior na República Populista. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983, 260p.
- FÁVERO, M. de L. de A. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis, Vozes, 1977, 102p.
- FÁVERO, O. **Cultura popular e educação popular**; memória dos anos 60. Rio de Janeiro, Graal; 1983, p. 59-70.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Educação no Brasil**; anos 60. São Paulo, Loyola, 1985, 126p.
- GUIMARÃES, César. Universidade à luz da crítica. **Movimento**. maio de 1962, p. 20-22.
- HOLLANDA, H. B. de e GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo, Brasiliense, 1982, 102p.
- LUTA pela Reforma Universitária brasileira na década de 60: cronologia dos acontecimentos mais importantes. **Veredas**. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1982, p. 217-24.

- MENDES, JR., A. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1981, 92p.
- PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos; contribuição à História da Educação Brasileira**. São Paulo, Loyola, 1973, p. 230-36.
- POERNER, A. J. **O poder jovem; história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979, 381p.
- UNE. **Declaração da Bahia; 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária**. Rio de Janeiro, Gráfica Editora LIVRO, 1961, 46p.
- UNE. **Resoluções do Conselho da UNE; encontro sobre Reforma Universitária**. Rio de Janeiro, Editora Universitária, 1962, 43p.
- UNE. **Luta atual pela reforma universitária**. Guanabara, 1963, 61p.
- VÁRIOS. **História da UNE; depoimento de ex-dirigentes**. São Paulo, Editorial Livramento, 1980, 128p.